

A ditadura dos economistas

ABREU MONTEIRO *

Enquanto pensamos que foi conseguida a redemocratização do país com a entrega pelos militares do poder aos civis, enquanto pensamos ter conseguido sair da opressão política imposta pelos governos autoritários, eles riem. Eles riem muito. Chegam a se contorcer de tanto rir de todos nós e em especial do atual presidente, que quer colocar um fim na ciranda financeira, por ser ele, para nossa sorte e por um acaso do destino ou, quem sabe, por um designio de Deus, um homem que não é corrupto, não é autoritário, não é mal-intencionado, e não está comprometido com nenhum grupo econômico.

Mas quem, afinal de contas, ri tanto do nosso presidente, do nosso povo e de qualquer um que tente mudar o Brasil? Sim, são eles, os maquiavélicos economistas da era ditatorial. Foram eles os pais da correção monetária direta. Aquela que sempre alimenta a inflação futura. Aquela que dita quais vão ser os índices aproximados de inflação dos próximos meses. Aquela que premia quem não trabalha, quem nada produz e que castiga quem só vive do seu salário ou quer produzir alguma coisa neste país.

A correção monetária direta é um instrumento diferente da correção monetária contábil. Esta verifica a

inflação, corrige a distorção entre os valores a pagar e a receber, beneficiando tanto quem tem a receber salário, quanto quem tem a receber prestações de dívidas contraídas. A aplicação da correção monetária contábil foi tão importante em nosso país, que é a responsável por 57% de toda a área habitacional de alvenaria existente. Ela viabilizou os financiamentos para a construção civil e a aquisição da casa própria. Ao contrário dela, a correção monetária direta é responsável pelos níveis incríveis de desemprego e de falta de habitação.

A correção monetária direta foi um instrumento maquiavélico criado pelos membros da equipe do então ministro Delfim Neto que almejavam ter mais poderes que os presidentes militares. Eles queriam muito mais do que o poder restrito que possuem os economistas em todo o mundo. Eles queriam manter em suas mãos o poder de manipular a economia e o poder político no Brasil, e têm conseguido o seu intento até hoje. Eles riem, se divertem como nunca com as peripécias dos ministros que tentam desativar o mecanismo por eles criado: a correção monetária direta. O mecanismo é tão maquiavélico, que consegue unir o interesse das correntes políticas mais diversas e consegue comprar a consciência não só dos empresários, mas também dos líderes sindicais, dos políticos, da Igreja

(qualquer uma grande organização religiosa aplica diariamente nos papéis do governo) e principalmente dos economistas que chegam ao poder e tomam consciência de que a correção monetária direta lhes dá um poder maior do que o do presidente da República. Todos ficam inertes contra as altas taxas pagas pela correção monetária direta, pois se por um lado isto causa desemprego, fome, miséria e déficit habitacional, por outro causa um aumento em seu poder econômico. Quem tem pode comparar imóveis e empresas a preços aviltantes de quem passa por dificuldades financeiras. Quem tem se esquece de que se este mecanismo não tiver fim, brevemente viveremos a era da anarquia e da violência plena.

O que nós precisamos é de um ministro da Fazenda que não se curve diante da inebriante tentação de fazer parte da Ditadura dos Economistas. Aliás dos maus e maquiavélicos economistas, que, quando chegam ao poder, agem como um mau médico que não deseja a morte de seu paciente, mas também não lhe deseja a cura completa, pelo menos não imediatamente. A manutenção das taxas altas força com que todas as atenções do povo, dos empresários, dos políticos fiquem concentradas no ministro da Fazenda, quando deveriam estar voltadas mais para as medidas dos ministros do Planejamento, dos Trans-

portes ou da Indústria e do Comércio.

Chega de captação a juros altos e preestabelecidos. Os ativos financeiros ao saírem destas aplicações não irão, como os economistas costumam amedrontar os governantes, para o dólar. Eles voltarão às mãos do governo por força dos impostos arrecadados com a volta de todos à produção e à construção civil, que dinamizará o comércio e a prestação de serviços. As contas do governo jamais se estabilizarão com o dinheiro das aplicações, pois estas geram mais emissão do lixo dos papéis da dívida pública. Vamos de volta à produção! Chega de desemprego, de fome e de falta de moradia.

No primeiro momento haverá uma inflação pela demanda não coberta, isto é, não haverá produção suficiente para atender à procura de determinadas mercadorias. Para anular a inflação que poderia advir desta demanda, é só o governo aumentar temporariamente o IPI dos produtos que venham apresentar maior demanda, até que a produção se estabilize.

A economia pode ser conduzida de modo a favorecer o povo e não contra ele, como vem sendo conduzida nestes últimos anos dominados pela ditadura econômica.

* Advogado, presidente da Associação dos Aposentados do Brasil